

Anexo N° 3

INSTRUMENTOS MULTILATERAIS E BILATERAIS ASSINADOS PELA COLÔMBIA EM MATÉRIA DE COOP¹ERAÇÃO JUDICIAL MÚTUA

(Referência especial com respeito aos países-membros
da comunidade ibero-americana)

1. Convenções multilaterais ²

OBJETIVO	Local e data de assinatura	Organismo multilateral
Convenção de Viena sobre relações consulares	Viena, 24 de abril de 1963	ONU
Convenção das Nações Unidas contra o tráfico ilícito de estupefacientes e substâncias psicotrópicas	Viena, 20 de dezembro de 1988	ONU
Convenção interamericana contra a corrupção	Caracas, 29 de março de 1992- Vigência: 01/19/99	OEA
Convenção interamericana de cooperação judicial mútua e seu protocolo opcional	Nassau, Bahamas, 23 de maio de 1992, Manágua, Nicarágua, 11 de julho de 1993 Vigência: 01/13/03	OEA

2. Convenções bilaterais:

Acordo de assistência judicial em matéria penal entre a República da Colômbia e a República da Argentina	3 de abril de 1997	Lei 492 de 1999	Decisão 522, de 22 de julho de 1999	Vigência: 1 de fevereiro de 2001	Argentina
Memorando de entendimento sobre assistência e cooperação técnica em matéria jurídica entre o Ministério da Justiça	10 de junho de 1994			Vigência: 10 de junho de 1994	Argentina

¹ Também existem outros instrumentos multilaterais, que antecedem na ordem regional os documentos citados com respeito à OEA, bem como outros tantos a nível da Comunidade Européia, os quais, devido aos fins do presente documento, não têm sido incluídos.

e do Direito da República da Colômbia e o Ministério da Justiça da República da Argentina					
Acordo de cooperação judicial e assistência mútua em matéria penal entre o governo da República da Colômbia e o governo da República Federativa do Brasil(*)	7 de novembro de 1997	Lei 512, de 4 de agosto de 1999	Decisão C324, de 22 de março de 2000	29 de junho de 2001	Brasil
Convênio sobre precatórias ou cartas rogatórias e despachos judiciais entre o governo da República da Colômbia e o governo da República do Chile	17 de junho de 1981	Lei 95, de 1987 D.O. 38137		27 de julho de 1988	Chile
Memorando de entendimento sobre cooperação judicial mútua entre a República da Colômbia e a República do Chile	10 de junho de 1994, Cartagena			Em vigor desde a data de assinatura	Chile
Memorando de entendimento sobre cooperação judicial entre a República da Colômbia e a República da Costa Rica	3 de março de 1992			Em vigor	Costa Rica
Tratado sobre indivíduos condenados por execução de sentenças penais entre a República da Colômbia e a República da Costa Rica (*)	15 de março de 1996	Lei 404, de 1999	SC. 226, de 20 de maio de 1998	Não está em vigor	Costa Rica
Convênio sobre assistência jurídica mútua em matéria penal entre a República da Colômbia e a República de Cuba (*)	13 de março de 1998	Lei 593, de julho de 2000	C. 280, de 2001	Vigência: 3 de novembro de 2001	Cuba
Memorando de entendimento sobre cooperação judicial entre a República da Colômbia e a República de Cuba	20 de dezembro de 1991, Havana			Em vigor	Cuba

Acordo sobre transferência de indivíduos condenados entre a República da Colômbia e a República de Cuba (*)	14 de janeiro de 1999, Havana	Lei 597	C.S. 012, de 2001	Não está em vigor	Cuba
Acordo de cooperação judicial e assistência mútua em matéria penal entre o governo da República da Colômbia e o governo da República do Equador (*)	18 de dezembro de 1986	Lei 519, de 4 de agosto de 1999	S.C. 206, de 2000	Em vigor	Equador 26 de julho de 2001
Convênio sobre circulação de pessoas, veículos, embarcações fluviais e marítimas e aeronaves entre a República da Colômbia e a República do Equador	18 de abril de 1990	Comissão especial legislativa, de 4 de setembro de 1991	Ac. TI05, de 27 de agosto de 1992	Vigência: 11 de novembro de 1992	Equador
Memorando de entendimento sobre cooperação judicial entre a República da Colômbia e a República do Equador	20 de agosto de 1991			Em vigor	Equador
Memorando de entendimento sobre cooperação judicial entre a República da Colômbia e a República de El Salvador	19 de novembro de 1991			Em vigor	El Salvador
Acordo de cooperação judicial em matéria penal entre o governo da República da Colômbia e o Reino de Espanha (*)	29 de maio de 1997	Lei 451, de 1998	C.S 187, de 1999	1 de dezembro de 2000	Espanha
Tratado sobre competência judicial, reconhecimento e execução de sentenças em matéria civil e comercial entre a República da Colômbia e o Reino de Espanha		*		Em vigor desde 1908	Espanha
Tratado sobre transferência de indivíduos condenados entre a República da Colômbia e o Reino de Espanha	28 de abril de 1993	Lei 285, de 1996	C.S. 655, de 1996	10 de abril de 1998	Espanha
Declaração de aliança contra as drogas ilícitas entre a República da Colômbia e os Estados	28 de outubro de 1998			Em vigor	EUA

Unidos					
Memorando suplementar para estabelecer mecanismos que visam realizar o memorando de entendimento de 24 de julho de 1990 entre o governo da Colômbia e o governo dos Estados Unidos, relacionado com a transferência de bens confiscados	27 de outubro de 1998			Em vigor	EUA
Memorando de entendimento entre o governo da Colômbia e o governo dos Estados Unidos relativo ao apoio de desenvolvimento alternativo na Colômbia	27 de outubro de 1998			Em vigor	EUA
Acordo que visa suprimir o tráfico marítimo ilícito entre o governo da Colômbia e o governo dos Estados Unidos	20 de fevereiro de 1997			Em vigor	EUA
Acordo de intercâmbio de informações não judicializadas entre o governo da Colômbia e o governo do México	7 de dezembro de 1998			Vigência: 8 de junho de 2001 Derivado do conv. de Viena de 1988 sobre subst. psicotrópicas	México
Acordo de cooperação em matéria de assistência jurídica entre o governo da Colômbia e o governo do México	7 de dezembro de 1998	Lei 569, de 2000	C.S 1334, de 2000	Vigência: 4 de junho de 2001	México
Acordo de assistência legal e cooperação judicial mútua entre o governo da Colômbia e o governo do Panamá	19 de novembro de 1993	Lei 450, de 1998	C.S 253, de 1999	Vigência: 10 de outubro de 1999	Panamá
Tratado sobre transferência de indivíduos condenados entre o governo da Colômbia e o governo do Panamá	23 de fevereiro de 1994	Lei 291, de 1996	C.S 656, de 1996	Em vigor	Panamá
Acordo de cooperação	31 de julho	Lei 452, de	C.S 404, de 1999	Vigência:	Paraguai

judicial em matéria penal entre o governo da Colômbia e o governo do Paraguai	de 1997	1998		23 de outubro de 1999	
Acordo de cooperação judicial em matéria penal entre o governo da Colômbia e o governo do Paraguai	31 de julho de 1997	Lei 517, de 1999			Paraguai
Convênio sobre assistência judicial em matéria penal entre o governo da Colômbia e o governo do Perú	12 de julho de 1994	Lei 479, de 1998	C.S 406, de 1999	Vigência: 9 de dezembro de 1999	Perú
Acordo sobre assistência mútua em matéria penal entre o governo da Colômbia e o governo da República Dominicana (*)	27 de junho de 1998	Lei 630, de 2000	Em 11 de janeiro de 2001 foi estabelecido o Tribunal de Justiça Constitucional para estudo de exeqüibilidade	Não está em vigor	República Dominicana
Convênio sobre cooperação judicial entre o governo da Colômbia e o governo do Uruguai (*)	17 de fevereiro de 1998	Lei 568, de 2000	C.S 1184, de 2000	Não está em vigor	Uruguai
Acordo de cooperação em matéria de assistência judicial entre o governo da Colômbia e o governo da Venezuela	20 de fevereiro de 1998	Lei 567, de 2000	C.S 1259, de 2000	Vigência: 1 de fevereiro de 2001	Venezuela
Tratado sobre transferência de indivíduos condenados entre o governo da Colômbia e o governo da Venezuela	12 de janeiro de 1994	Lei 250, de 1995	C.S 261, de 1996	Vigência: 6 de outubro de 1996	Venezuela

CONVÊNIOS SOBRE EXTRADIÇÃO ASSINADOS PELA COLÔMBIA

MULTILATERAIS

NOME DO TRATADO	DATA DE ASSINATURA	LEI APROVATÓRIA	DATA DE ENTRADA EM VIGOR
Convenção sobre extradição	26 de dezembro de 1933, Montevideu	Lei 74, de 1935 D.O. 23075	22 de julho de 1936
Acordo bolivariano sobre extradição (**)	18 de julho de 1911	Lei 26, de 1913	18 de julho de 1911

BILATERAIS

NOME DO TRATADO	DATA DE ASSINATURA	LEI APROVATÓRIA	DATA DE ENTRADA EM VIGOR
Convenção sobre extradição entre a Colômbia e a Bélgica	21 de agosto de 1912, Bruxelas	Lei 74, de 1913	22 de abril de 1914
Convenção adicional à convenção sobre extradição entre a República da Colômbia e o Reino da Bélgica, celebrada em Bruxelas em 21 de agosto de 1912	24 de fevereiro de 1959, Bogotá	Lei 14, de 1961 D.O. 30493, de 1961	24 de fevereiro de 1959
Convenção adicional ao tratado de extradição entre a República da Colômbia e o Reino da Bélgica	21 de novembro de 1931, Bogotá	Lei 47, de 1935	30 de junho de 1937
Tratado de extradição entre a República da Colômbia e os Estados Unidos do Brasil	28 de dezembro de 1938, Rio de Janeiro	Lei 85, de 1939	2 de setembro de 1940
Tratado de extradição entre a República da Colômbia e a República do Chile	16 de novembro de 1914, Bogotá	Lei 8, de 1928 D.O. 20823	4 de agosto de 1928
Tratado de extradição entre a República da Colômbia e a Costa Rica	7 de maio de 1928, São José	Lei 19, de 1931 D.O. 21617	13 de maio de 1931
Tratado de extradição entre a República da Colômbia e Cuba	2 de julho de 1932, Havana	Lei 16, de 1932 D.O. 22111	15 de outubro de 1936
Convenção de extradição de réus entre a Colômbia e o Reino de Espanha	23 de julho de 1892, Bogotá	Lei 35, de 1892 D.O. 9207	17 de junho de 1893
Intercâmbio de comunicações diplomáticas que sucede ao convênio sobre extradição entre a Colômbia e Espanha, bem como a convenção única de 1961	19 de setembro de 1991, Madrid		25 de maio de 1992
Protocolo que modifica a convenção sobre extradição entre a República da Colômbia e o Reino de Espanha, de 23 de julho de 1892 (*)	16 de março de 1999, Madrid	Não foi aprovado pelo Congresso	Não está em vigor
Tratado de extradição entre a Colômbia e a Guatemala (*)	24 de novembro de 1928, Guatemala	Lei 40, de 1930	Não está em vigor
Tratado de extradição entre a Colômbia e o México	12 de junho de 1928, Cidade do México	Lei 30, de 1930 D.O. 21539	1 de julho de 1937
Tratado de extradição com a Nicarágua	25 de março de 1929, Manágua	Lei 39, de 1930 D.O. 21550	15 de julho de 1932
Tratado de extradição com o Panamá (***)	24 de dezembro de 1927	Lei 57, de 1928 D.O. 20919	24 de novembro de 1928
Convenção de extradição de réus com o Peru	10 de fevereiro de 1870, Lima	D.O. 1887 e 2892, de 1870	13 de março de 1873
Tratado de extradição entre a República da	27 de outubro de 1888	Lei 148, de 1888	21 de agosto de

Colômbia e a Grã-Bretanha			1889
Convenção suplementar ao tratado de extradição recíproca entre a Colômbia e a Grã-Bretanha (****)	2 de dezembro de 1929, Bogotá	Lei 15, de 1930 D.O. 21521	5 de novembro de 1930
Convenção sobre extradição de réus entre a Colômbia e a França	9 de abril de 1850, Bogotá		12 de maio de 1852
Convenção sobre extradição recíproca de indivíduos acusados e criminais entre a República da Colômbia e a República de El Salvador	24 de dezembro de 1900, San Salvador	Lei 64, de 1905 D.O. 12365	Continua em vigor devido a não existirem informações que indiquem que tenha sido derrogada ou denunciada
Tratado de extradição entre a República da Colômbia e a Argentina	28 de agosto de 1922, Buenos Aires		Continua em vigor devido a não existirem informações que indiquem que tenha sido derrogada ou denunciada (Prefere-se a Convenção de Montevideú)